

Infraestrutura Entre outras medidas, agência estuda responsabilizar armadores por parte dos problemas

Antaq quer solução para falta de contêineres

Rafael Bitencourt
De Brasília

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) pode responsabilizar os armadores (donos de navio) por parte do problema da escassez de contêineres que surgiu com a pandemia da covid-19. Para isso, a agência vai acompanhar de perto a programação de rotas para os portos brasileiros. “Queremos reduzir, ao máximo, o impacto dessa crise, que é mundial. Não podemos diminuir o preço do frete, colocar mais contêineres no mercado nem criar mais empresas de navegação. Vamos atuar dentro da regulação brasileira”, disse a diretora da agência Flávia Takafashi. Ao observar os efeitos da falta de contêineres no país, a Antaq identificou práticas que deverão ser combatidas. É sabido que a decisão dos navios de “pular” alguns portos para cumprir prazos de entregas (omissão de escala) é recorrente em todo mundo, justificada pelo momento de alta demanda pelo transporte marítimo.

Em entrevista ao Valor, a diretora da Antaq ressalta que, no Brasil, os armadores têm privilegiado portos com terminais verticalizados — ou seja, onde eles têm participação societária. Ela explicou que a participação cruzada é permitida, não chega a ser considerada um conflito de interesse. Mas a agência deve pedir o envio das programações de paradas para que o problema de omissão não penalize os portos considerados de “bandeira branca”. As omissões também atingem os portos das principais rotas marítimas que movimentam navios entre Estados Unidos, Europa e Ásia. Takafashi reforçou que a demanda por produtos manufaturados, impulsionada principalmente pelo e-commerce, dificulta a dinâmica racional dos fluxos de contêineres cheios e vazios. Segundo ela, os armadores alegam que pouco pode ser feito para contornar a situação. Na prática, o desajuste no setor veio do fechamento de portos somado ao aquecimento do comércio internacional. De um lado, exportadores são penaliza-



Flavia Takafashi: “Queremos reduzir, ao máximo, o impacto dessa crise”

dos com atrasos na entrega de produtos, alta de preço do frete e cobranças pelo tempo de permanência da carga nos portos. De outro, os terminais portuários convivem com a perda de produtividade com pátios lotados. Em relação ao custo extra para os exportadores, pela carga que fica parada nos terminais à espe-

ra dos navios, Takafashi avalia definir um novo “rito” de cobrança. Segundo ela, o ideal é que o terminal não cobre dos usuários em casos de omissões de escala. A diretora explica que os exportadores assumem o custo da estadia por serem os titulares da carga naquele momento. Neste caso, a Antaq pode recorrer à nor-

ma que aloca o custo da ineficiência a quem “deu causa” ao atraso, o que pode gerar uma fatura extra para o navio que não atracou no porto para levar a carga. “A Antaq não regula o quanto o terminal vai cobrar por armazenar aquela carga, porque os preços são livres. Mas atuamos em cima da abusividade”, disse. A diretora conta que o órgão regulador não pretende atuar com a imposição de sanções ao setor, apenas fazer “alguns ajustes”. No ano passado, a agência chegou a expedir cautelares para coibir cobranças abusivas pelos terminais, que reclamam de operação ineficiente com pátios lotados. Takafashi coordena o grupo de trabalho criado pela Antaq, em outubro do ano passado, para monitorar a situação e propor medidas regulatórias contra os efeitos da escassez de contêineres. Ela pontua que, apesar de registrar menos atrações, o volume de carga de contêineres aumentou 11% no último ano. “Antes, o exportador embarcava três contêineres, agora manda dez de uma vez”, disse.

Hoje a Antaq comemora 20 anos de criação. O especialista em transporte marítimo Leandro Barreto avalia que a Antaq deve ter cautela ao impor medida regulatória. Ele disse que reguladores de todo mundo estão sendo cobrados a reorganizar o transporte marítimo. “As omissões de escala não atingem só o Brasil. Temos que tomar cuidado para não onerar as rotas que vêm para cá. Podemos agravar o problema por aqui, com fretes mais caros ou perdendo navios para outras rotas”, disse Barreto, que é sócio diretor da consultoria Solve Shipping. O consultor acredita que a preferência de armadores pela escala em alguns portos, em detrimento de outros, está relacionada à capacidade de operação. “Como a maioria dos navios está atrasada, fora da janela, eles buscam o porto que oferece mais carga. Pode ser uma mera decisão operacional”, afirmou. “Não acho que a Antaq tenha que ficar parada, mas, nesse caso, as medidas tendem a ter um efeito muito limitado”, acrescentou.

Reforma de prédio antigo pode ter regra mais simples

Estevão Taiar
De Brasília

O governo federal trabalha para implantar até o fim do primeiro semestre uma série de medidas regulatórias na construção civil. Uma das propostas é a mudança das regras de reforma em prédios antigos. Atualmente, segundo uma fonte envolvida diretamente nas negociações, edifícios novos e antigos estão submetidos às mesmas exigências para que sejam reformados. A ideia é “adequar o código de obras” ao período em que o prédio foi construído, o que diminuiria a dispersão das

moradias nas cidades e faria, por exemplo, as pessoas morarem mais perto dos locais em que trabalham. “É um setor intensivo em mão de obra, então queremos fazer tudo que der”, diz também a fonte. Segundo o interlocutor, “o Brasil é um dos poucos países do mundo que não têm um ordenamento de obras só para prédios antigos”. “Estamos fora do padrão mundial e precisamos trazer o país para esse padrão”, afirma. O projeto em elaboração prevê que cada município definirá quais mudanças poderão ser feitas, mas a fonte destaca que o Brasil destoa

dos demais países em questões como acústica interna dos edifícios, incidência de iluminação natural e escadas metálicas de emergência, como as que existem nos EUA. Duas cidades brasileiras que repletiriam as consequências das regras atuais são Brasília e São Paulo. “Não existe uma metrópole no mundo em que o clube de golfe fica tão próximo do centro da cidade quanto em Brasília. O clube de golfe está a um quilômetro, e as pessoas mais carentes estão a 30 quilômetros. Mesmo em São Paulo, que é toda verticalizada, a densidade é menor do que em Miami [EUA]”, diz. “A gente tenta colocar regra de prédio novo em prédio antigo, e o resultado são os centros das cidades abandonados. Manter e reformar esses edifícios é algo caro. Só quem consegue reformar aqueles prédios antigos são os

bancos que têm muito dinheiro. Isso é ruim para a infraestrutura, ruim em termos sociais, ruim para as pessoas mais pobres.” A própria decisão de adotar medidas regulatórias seria uma novidade do projeto, segundo a fonte. “Até hoje os governos sempre pensaram muito no setor de construção civil como algo para injetar dinheiro. ‘Coloca o FGTS aqui, faz um programa social ali’. Consideramos que é possível dar um grande impulso de forma puramente regulatória”, afirma. Sem conhecer os detalhes, Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos de construção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), afirma que a proposta “pode indiscutivelmente ser uma ferramenta de política habitacional”. “Temos um percentual alto de



Ana Maria Castelo: proposta pode ser ferramenta de política habitacional

prédios ociosos nas grandes metrópoles, inviabilizados como moradias pelos altos custos”, diz. Ela afirma também que o programa Casa Verde e Amarela, lançado pelo governo federal em 2019, tem até agora desempenho abaixo do esperado, principal-

mente na faixa 1, direcionada à população de renda menor. “Mas não será apenas com a produção de moradias que conseguiremos diminuir o déficit”, diz, destacando justamente a importância de iniciativas que “recuperem” edifícios antigos, por exemplo.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Elaine Aparecida do Nascimento, CPF 116.090.648-36. DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no(a) **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, CNPJ/ME 62.331.228/0001-11. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo “Assunto”: “Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB - Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo. **BANCO CENTRAL DO BRASIL** - Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF - Gerência Técnica de São Paulo. São Paulo, 15 de março de 2022.

DETRANPR
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES DO PARANÁ

Pregão Eletrônico nº 10/2021

OBJETO: Aquisição de Solução de Infraestrutura de Virtualização de Servidores e Nuvem Privada incluindo hardware, software, virtualização de servidores, virtualização de desktops e Nuvem Privada, suporte on-site ou remoto de 320 horas para o hardware da solução, garantia de hardware e software por 60 meses, serviços de instalação, configuração, treinamentos e migração de servidores para a nova infraestrutura.

AUTORIZAÇÃO: Sr. Wagner Mesquita de Oliveira – Diretor-Geral do Detran/PR, em 18/03/2022 – Protocolo nº 18.251.553-1

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 04 de abril de 2022, 08h30.

VALOR MÁXIMO: R\$ 21.953.832,00 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão efetuar o “download” dos Editais acessando o sistema licitações-e (www.licitacoes-e.com.br), o portal da Internet denominado compraspr/GMS (www.comprasparana.pr.gov.br/) ou o site do Detran/PR (www.detrان.pr.gov.br/).

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

FILIPPE CARLOS DE OLIVEIRA FERREIRA PINTO, INSCRITO NO CPF Nº 013.851.726-65

DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrito no CNPJ nº 07.397.614/0001-06.

ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf – Gerência Técnica de Belo Horizonte
Avenida Álvares Cabral, 1605, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-008.
Brasília/DF, 16 de março de 2022.

NEOENERGIA
PERNAMBUCO

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
CNPJ/ME Nº 15.139.629/0001-94 - NIRE Nº 26.300.003.816
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 1.452-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2022

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – CO-ELBA** (“Companhia”) a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia **18 de abril de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Edgar Santos nº 300, Cabula VI, Salvador, Bahia, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I – **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Proposta de novo modelo de Carta de Indenidade aos membros Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e 2. Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação. II – **Em Assembleia Geral Ordinária:** 3. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 4. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021 e a distribuição de dividendos; 5. Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; 6. Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; e 7. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar das Assembleias (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“BVD”), e (ii) presencialmente, por si ou seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar das Assembleias, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar nas Assembleias, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD enviado por tal Acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, deverão ser desconsideradas. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia constam do respectivo Manual para Participação de Acionistas que está disponível nos websites da Companhia (www.r.ineoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de **voto múltiplo** é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Salvador, 19 de março de 2022. Elena León Muñoz - **Presidente do Conselho de Administração.**

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 10.338.320/0001-00 - NIRE Nº 33.300.288.279
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 02217-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2022

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia **18 de abril de 2022, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo 78, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22210-030, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I – **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Proposta de modelo de Carta de Indenidade aos membros Conselho de Administração; e 2) Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação. II – **Em Assembleia Geral Ordinária:** 3) Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; 4) Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021 e a distribuição de dividendos; 5) Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e suplentes; e 6) Fixação da Remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar das Assembleias (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“BVD”), e (ii) presencialmente, por si ou seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar das Assembleias, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar nas Assembleias, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD enviado por tal Acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, deverão ser desconsideradas. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia constam do respectivo Manual para Participação de Acionistas que está disponível nos websites da Companhia (www.r.ineoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de **voto múltiplo** é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes das Assembleias, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 19 de março de 2022. Elena León Muñoz - **Presidente do Conselho de Administração.**

NEOENERGIA
PERNAMBUCO

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
CNPJ/ME Nº 10.835.932/0001-08 - NIRE Nº 26.300.032.929
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 1.436-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2022

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE** (“Companhia”) a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia **19 de abril de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Avenida João de Barros nº 111, 8º andar, Boa Vista, Pernambuco, Recife, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I – **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2021 e a distribuição de dividendos; 3. Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e suplentes; 4. Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e suplentes; e 5. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal. II – **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6. Proposta de novo modelo de Carta de Indenidade aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar das Assembleias (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“BVD”), e (ii) presencialmente, por si ou seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar das Assembleias, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar nas Assembleias, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD para aquele Acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, devem ser desconsideradas. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia constam do respectivo Manual para Participação de Acionistas que está disponível nos websites da Companhia (www.r.ineoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Nos termos do artigo 4º da ICVM 481, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de **voto múltiplo** é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes das Assembleias, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Recife, 18 de março de 2022. Elena León Muñoz - **Presidente do Conselho de Administração.**

UNIOESTE

EXTRATO DE CHAMADA DE FORNECEDORES

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ – HUOP, devidamente representado pelo Diretor Geral e Ordenador de Despesas Rafael Muniz de Oliveira, com fundamento legal, no artigo 33, inciso I, da Lei 15.608/2007, torna público que pretende **renovar o contrato 26/2018 com a empresa Canon Medical Systems do Brasil Ltda.** O presente Termo Aditivo tem por objeto **alterar a Cláusula Terceira e Cláusula Quinta do contrato 026/2018 – HUOP, alterando o valor e sua vigência cujo objeto é a contratação de empresa por processo de inexigibilidade, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças originais, nos 02 (dois) equipamentos de Ultrassonografia Toshiba TUS A300, séries B1C1562357 (patrimônio 01038500) e B1C1562358 (patrimônio 01038499) do HUOP.** Valor máximo total: R\$ 44.589,36. Diante disso comunica a todos os interessados que, no prazo de três (03) dias contados da data desta publicação, encaminhem documentação comprobatória da comercialização, assistência técnica, garantias e serviços de manutenção que serão objeto da renovação contratual, para análise da UNIOESTE. Cascavel, 18 de março de 2022. Rafael Muniz de Oliveira – Ordenador de Despesas

BR PROPERTIES S.A.
(Companhia Aberta)
CNPJ/Nº 06.977.751/0001-49 - NIRE 35.300.316.592

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: em 17 de fevereiro de 2022, às 14h, na sede da BR Properties S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.495, Centro Empresarial Bernini, Torre A - Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181. **2. Convocação e Presença:** Devidamente convocados, presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por videoconferência, conforme permitido pelo artigo 11º, parágrafo 3, do Estatuto Social da Companhia. Presentes também os diretores da Companhia, os Srs. Martin Andrés Jaco (Diretor Presidente), André Bergstein (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores), e os Srs. César Freitas, Marcos Alexandre Pupo e Alex Fernandes, representantes da Ernst & Young, na qualidade de auditores independentes da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano; Secretário: Sr. Martin Andrés Jaco. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o Relatório Anual da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2021; (ii) o Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2022 e 2023; (iii) as Políticas e Regimentos necessários e exigidos pelo regulamento do Novo Mercado, a saber: Política de Indicação, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Controle e Gerenciamento de Risco, Política de Remuneração, Regimento Interno do Conselho de Administração e Política de Divulgação; e (iv) a autorização para a Diretoria tomar todas as medidas necessárias para implementar a deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** Após o relatório do Comitê de Auditoria Não Estatutário (“CAUD”), representado pelo seu Coordenador, Sr. Charles Laganá Putz, que informou as atividades pelo referido comitê desenvolvidas e apresentou manifestação favorável e sem ressalvas com relação às demonstrações financeiras anuais da Companhia, por unanimidade, e sem ressalvas, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram: (i) Após a análise, discussão e esclarecimentos do material prestados pela Diretoria e pelo auditor responsável convidado a participar desta deliberação, Sr. César Freitas, e considerando a manifestação favorável de CAUD, nos termos do parecer que segue como Anexo I a esta Ata, aprovar o Relatório Anual da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young Auditores, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021; (ii) Aprovar o Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2022 e 2023, com início em 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovar as seguintes Políticas e Regimentos necessários e exigidos pelo regulamento do Novo Mercado, a saber: Política de Indicação, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Controle e Gerenciamento de Risco, Política de Remuneração, Regimento Interno do Conselho de Administração e Política de Divulgação, nos termos das minutas que, rubricadas pela Mesa, permanecem arquivadas na sede da Companhia e divulgadas na forma da regulamentação; e (iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações tomadas nessa reunião, em especial, para divulgar e publicar as demonstrações financeiras aprovadas no item (i) acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da Mesa e pelos conselheiros de administração presentes. **7. Assinaturas:** Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, Presidente; Martin Andrés Jaco, Secretário; Conselheiros: Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, Danilo Gamboa, Fabio de Araújo Nogueira, Charles Laganá Putz e Rafael Gonçalves de Souza. *Declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 17 de fevereiro de 2022. Martin Andrés Jaco - Secretário da Reunião. **JUCESP** nº 132.472/22-3 em 10/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

NEOENERGIA
ELEKTRO

ELEKTRO REDES S.A.
CNPJ/ME Nº 02.328.280/0001-97 - NIRE 35.300.153.570
COMPANHIA ABERTA | CVM nº 01748-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2022

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Elektro Redes S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia **20 de abril de 2022, às 10:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I – **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 2. Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação. II – **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6. Proposta de novo modelo de Carta de Indenidade aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar das Assembleias (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“BVD”), e (ii) presencialmente, por si ou seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar das Assembleias, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar nas Assembleias, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD enviado por tal Acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, deverão ser desconsideradas. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia constam do respectivo Manual para Participação de Acionistas que está disponível nos websites da Companhia (www.r.ineoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de **voto múltiplo** é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Campinas, 21 de março de 2022. Elena León Muñoz - **Presidente do Conselho de Administração.**

Assine: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888